

# AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL DE ALCÁCER DO SAL

VOLUME XV - PGR

19 Fevereiro 2025

## ÍNDICE

1.	Dados Gerais da entidade responsável pela obra	3
2.	Dados Gerais da Obra	3
3.1.	Incorporação de reciclados	5
3.2.	Acondicionamento e triagem	6
3.3.	Produção de RCD	7
4 –	Enquadramento Legal	8
5 –	Responsabilidades	8
6 –	Do acondicionamento e triagem	9
7 –	Recolha e Transporte dos RCDs	10
8 –	Documentação do Controlo	10



<b>1. Dados Gerais da entidade responsável pela obra</b>	
<b>Nome :</b>	Município de Alcácer do Sal
<b>Morada:</b>	Praça Pedro Nunes 7580-189 Sines
<b>Contactos:</b>	265 610 040
<b>NIPC:</b>	502 105 319

<b>2. Dados Gerais da Obra</b>	
<b>Tipo de obra:</b>	Construção de infraestruturas de uma zona de acolhimento empresarial
<b>Código do CPV:</b>	
<b>Nº do processo de Avaliação de Impacte Ambiental:</b>	Em fase de submissão
<b>Identificação do Local de Implantação</b>	Adjacente á atual ZIL de Alcácer do Sal

<b>Caracterização Sumária da Obra a efectuar</b>
Construção de poço de bombagem e instalações complementares
<b>Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no art. 2º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março.</b>
<p>Deverão ser adotados métodos construtivos associados aos trabalhos da empreitada, de forma a permitir que a gestão de RCD se realize de acordo com os princípios referidos artº 2 do Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março.</p> <p>Proceder-se-á à rentabilização de materiais e produtos, reduzindo perdas e sobras, bem como à mais completa e correta recolha, separação, armazenagem e encaminhamento de RCD .</p> <p>A obra será efetuada com utilização dos materiais e métodos usuais em obras de construção de edifícios.</p> <p>Existem demolições ao nível do espaço .</p>

### 3.1. Incorporação de reciclados.

Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD		
Não se prevê a incorporação de reciclados. No entanto se tal for proposto pelo empreiteiro os materiais que os incorporem deverão ter certificação.		
Reciclados de RCD integrados na Obra		
Identificação dos Reciclados	Quantidade integrada na Obra (t ou m3)	Quantidade Integrada relativamente ao Total de Materiais Usados (%)
-	-	-
-	-	-

#### Prevenção de Resíduos

Metodologia de prevenção de RCD		
Atenta à especificidade da obra, não existe matéria que sustente a aplicação de uma metodologia de prevenção de produção de resíduos de construção e demolição. Deve porém o Empreiteiro promover a utilização de materiais com pouca componente de embalagem e evitar excedentes face ao consumo previsto bem como proceder á devolução quando possível.		
Identificação dos Reciclados	Quantidade a Reutilizar (t ou m3)	Quantidade Integrada relativamente ao Total de Materiais Usados %
-	-	-
-	-	-
<b>Valor Total</b>	-	-

### 3.2. Acondicionamento e triagem

#### **Referência aos Métodos de Acondicionamento e Triagem de RCD na obra em local afecto à mesma**

Os materiais que não seja possível reutilizar e que constituam RCD são obrigatoriamente objecto de triagem em obra com vista ao seu encaminhamento, por fluxos e fileiras de materiais, para reciclagem ou outras formas de valorização. Em caso de impossibilidade de triagem na obra, os RCD devem ser encaminhados para operador licenciado.

Desta forma deverá ser aplicada pela entidade executante uma metodologia de triagem, que permita a separação na origem, com ajuda de máquinas ou manualmente, considerando que:

Na fase de triagem os resíduos devem ser separados em perigosos e não perigosos;

No local de acondicionamento deverá ser efetuada uma disposição centralizada e organizada, em contentores apropriados para as diversas tipologias de resíduos;

Em caso de impossibilidade de triagem na obra, os RCD devem ser encaminhados para operador licenciado que proceda à triagem previamente à operação de valorização ou eliminação.

**Caso a triagem não esteja prevista, deverá ser apresentada fundamentação para a sua impossibilidade.**



### 3.3. Produção de RCD

Tipologia de Resíduo	Código LER	Quantidades produzidas (t)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
Solos e rochas não abrangidas em 17 05 03	17 05 04	9893,73			100,0%	R4		
Betão	17 01 01	2	100,0%	R13				
Misturas de betão, tijolos, materiais cerâmicos não abrangidos em 17 01 06	17 01 07	246,95	100,0%	R13				
Plásticos	17 02 03	1	100,0%	R5				
Ferro e Aço	17 04 05	1	100,0%	R4		R3		
Cabos não abrangidos em 17 04 10	17 04 11		100,0%			R4		
Resíduos verdes	02 01 07	60			100,0%	R10		
Madeira	17 02 01	1	100,0%	R3				
Alumínio		0	100,0%	R3				
Vidro	17 02 02	0	100,0%	R4				
Misturas betuminosas	17 03 01	180	100,0%	R12	0,0%			
Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 12 e 17 06 03	17 06 04	0	100,0%	R13				
Embalagens de Papel e Cartão	15 01 01	0,5	100,0%	R3				
Embalagens de Plástico	15 01 02	0,5	100,0%	R13				
Embalagens contaminadas	15 01 10	0,1					0,0%	D15
TOTAL		10386,78						
* Resíduo Perigoso								
Tipologia de Resíduo	Código LER	Quantidades produzidas (t)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação

**Nota:** Os valores apresentados são estimativos, devendo a entidade executante efetuar e manter o Registo de Dados de RCD (alínea f) do artigo 11<sup>a</sup> do Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março) conjuntamente com o livro de obra.

## 4 – Enquadramento Legal

DL 73/2011 de 17 de Junho – Regime Geral da Gestão de Resíduos

DL 46/2008 de 12 de Março – Gestão de R.C.D, Resíduos de Construção e Demolição

Decisão da Comissão Europeia Nº 2014/955/EU de 18 de Dezembro – L.E.R. – Lista Europeia de Resíduos

Portaria 2/2019 de 18 de Janeiro – Altera a Portaria Nº 145/2017 de 26 de Abril – Regras do tráfego de resíduos em território Nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento (e-GAR).

DL Nº 183/2009 de 10 de Agosto – Regime jurídico de deposição de resíduos em aterro.

Portaria Nº 345/2015 de 12 de Outubro – Lista de óleos com potencial de reciclagem e ou valorização.

## 5 – Responsabilidades

A responsabilidade pela gestão dos RCDs é do Empreiteiro da obra.

A gestão dos RCDs compreende a recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação. A eliminação só deverá ser considerada após a reciclagem e ou valorização.

As diversas operações deverão ser asseguradas apenas por entidades licenciadas para o efeito.

O Empreiteiro deverá adaptar o presente PGR á realidade da obra, mas sempre providenciando:



A existência no estaleiro de recipientes ou espaços que permitam a deposição seletiva

O encaminhamento para operador licenciado das frações a descartar. Caso os resíduos sejam perigosos o tempo máximo da estadia em obra terá de ser inferior a 3 meses.

Efetuar sensibilização o todos os intervenientes na obra sobre o cumprimento do PGR.

O PGR deve estar sempre presente no local da obra.

O PGR pode ser alterado pelo Dono da Obra sob proposta fundamentada do Empreiteiro

O Empreiteiro deve apresentar Plano de Triagem e de Acondicionamento de RCDs de acordo com o PGR e com a Legislação para aprovação pela Fiscalização.

## 6 – Do acondicionamento e triagem

O Empreiteiro é responsável pela triagem e pelo acondicionamento pelo exposto nos DL 46/2008 com as alterações introduzidas pelo DL75/2011.

A triagem deve ser feita no estaleiro e incluída no projeto do estaleiro. Esta zona integrará o “Parque de Resíduos” da obra. Deve conter;

### **Acondicionamento:**

**Zona de resíduos não perigosos**, contendo os espaços e recipientes devidamente identificados que permitam a deposição seletiva.

**Zona de resíduos perigosos**, deve ter o pavimento impermeabilizado e deve ser dotada de extintores, vedada e com sinalética adequada.

### **Triagem:**

A triagem deve ser efetuada por códigos LER em contentores adequados devidamente identificados.

Os resíduos não podem ultrapassar a altura do contentor.

Não podem ser depositados resíduos no chão.

Em tempo seco deve ser efetuada rega sobre os resíduos pulverulentos para evitar disseminação de poeiras.

Os RSUs produzidos em obra serão encaminhados para a recolha Municipal.

## **7 – Recolha e Transporte dos RCDs**

O Empreiteiro deverá, de acordo com a Portaria Nº145/2017 de 26 de Abril, estar registado na plataforma “SILiAmb” da Agência Portuguesa do Ambiente.

O transporte pode ser efetuado pelo Empreiteiro ou por Entidade credenciada.

A responsabilidade pela emissão da “e-GAR” é da Entidade Executante, empreiteiro, devendo ser efectuado um registo sempre que ocorrer recolha e transporte de resíduos do Estaleiro para o exterior.

O empreiteiro é ainda responsável pelo acompanhamento da e-GAR até à sua conclusão conforme Art 9º da Portaria Nº145/2017 na redacção dada pela Portaria Nº 28/2019 de 18 de Janeiro.

Devem ser disponibilizadas pelo Empreiteiro à Fiscalização cópias dos certificados de receção dos RCDs – Guia Concluída, emitidos na plataforma.

## **8 – Documentação de Controlo**

O Empreiteiro deverá manter registo atualizado da documentação relacionada com a Gestão de Resíduos e que deverá estar sempre presente em obra.

O Empreiteiro deve submeter à aprovação da Fiscalização um modelo do RAA (Relatório de Acompanhamento Ambiental da Empreitada). Este relatório deverá ser de periodicidade

mensal e deverá conter um resumo da implementação do PGR em cada período, com as seguintes informações:

Materiais reutilizados em obra

Incorporação de reciclados

Produção de resíduos

Evacuação de resíduos

Qualquer alteração ao PGR deve ser mencionada no Livro de Obra

O Técnico



Carlos Pedroso, OET 29378

Alcácer do Sal 19 de fevereiro 2025